

1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.

DIRETRIZES

AÇÕES

DIRETRIZES	AÇÕES		
1	Fomento as ações de conservação, recuperação e gestão integrada de corpos hídricos	1.1	Articular ações integradas entre diferentes instituições para temas transversais como controle a ocupações irregulares, expansão urbana desordenada e especulação imobiliária que de forma integrada impactam a UC
	1.2	Estimular a construção de soluções sustentáveis para destinação correta de efluentes sanitários por parte de moradores, estabelecimentos comerciais e turistas	
	1.3	Incentivar a criação de Planos de Gestão Costeira municipais e implementar sistema de gestão costeira	
	1.4	Articular ações integradas entre diferentes instituições para resolução da insuficiência de sistemas de saneamento básico (tratamento de esgoto, água, drenagem e resíduos sólidos) que de forma integrada impactam a Unidade de Conservação - UC.	
2	Desenvolvimento e fomento de ações de conservação e manejo da biodiversidade e dos recursos naturais por meio de articulação intra e interinstitucional e com demais setores da sociedade	2.1	previsão de elaboração de instrumento legal visando à formalização da parceria entre ICMBio Alcatrazes e APAMLN, incluindo compartilhamento de estruturas, equipamentos e recursos humanos.
	2.2	Promover estudos visando adequação do SNUC	
	2.3	Avaliar possibilidades futuras de criação de outras UCs de Uso Sustentável na região, tais como Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis - RDS's	
	2.4	Levantar junto a órgãos competentes, os projetos e programas institucionais de recuperação e conservação ambiental em andamento no território da UC	
	2.5	Incentivar a mitigação dos impactos dos empreendimentos que ocorrem fora e no interior da APAMLN	
	2.6	Contribuir, com ideias mitigantes, para reduzir a mortalidade de cetáceos, afogados em redes de pesca. Dimensionar o tamanho e a quantidade de redes em determinada área.	
	2.7	Estimular a criação do plano de ação da APAMLN visando a conservação dos cetáceos	
	2.8	Criar estratégias para efetivar as Áreas ZUBEs da APA como área de interesse especial e urgente para conservação de Toninhas (<i>Pontoporia bairdii</i>) e Boto-Cinza (<i>Sotalia guianensis</i>)	
	2.9	Identificar a necessidade de criação de áreas de exclusão para redes de espera (restrição espacial ou temporal) em determinadas regiões ao longo da costa, com objetivo de reduzir a captura acidental das toninhas e de outros cetáceos em período migratório	
	2.10	Incentivar condutores de embarcações a adotarem as normas de aproximação de cetáceos	
	2.11	Articular a elaboração de materiais sobre boas práticas para o turismo de observação de cetáceos	
	2.12	Propor mecanismos de viabilidade de implantação de novas Áreas de Interesse - AI's	

		2.13	Registrar as condições fáticas que levaram à criação das Áreas de Interesse - Al's
		2.14	Propor estratégias de implantação das Áreas de Interesse previstas na minuta de zoneamento
		2.15	Articular a formação de um grupo de trabalho para levantar dados e projetar a conservação das Ilhas da APAMLN
3	Desenvolver mecanismos de integração Bacia Hidrográfica Zona Costeira visando à Prevenção dos impactos das mudanças	3.1	Estimular a prevenção de riscos e desastres no contexto de mudanças climáticas junto à prefeituras, defesa civil e demais órgãos
		3.2	Articular o mapeamento da influência da cunha salina nos manguezais do LN
		3.3	Potencializar o desenvolvimento de pesquisas com vistas a definir lacunas de gestão na interface integrada das Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras

2 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Articular, promover e ordenar o turismo em conjunto com os diferentes atores sociais, buscando a sua sustentabilidade.

DIRETRIZES

AÇÕES

1	Ordenamento das atividades turísticas e limitação da capacidade para uso dos atrativos em conjunto com os órgãos responsáveis e atores relacionados à área.	1.1	Determinar a capacidade de suporte e estabelecer indicadores para monitoramento do uso público em atrativo turístico, incluindo a limitação do tempo de permanência.
		1.2	Estimular a caracterização e o mapeamento da atividade turística e seus impactos em todo o território da APAMLN, com foco inicial na faixa entre marés das praias e costões rochosos.
		1.3	Elaborar o Plano de Ordenamento Turístico (POT) para Área de Interesse Turístico (AIT)
		1.4	Elaborar Sistema de Gestão de Risco e Contingência para Área de Interesse Turístico (AIT)
		1.5	Incentivar boas práticas de mergulho recreativo e contemplativo junto a órgãos e empresas de turismo.
2	Fortalecimento da cadeia do turismo sustentável de base comunitária	2.1	Desenvolver estratégias de comunicação para usuários de atrativos turísticos da APAMLN
		2.2	Estimular o ordenamento e sinalização de áreas para passagem e fundeio de embarcações.
		2.3	Estimular o ordenamento e sinalização das embarcações de turismo nos arredores das comunidades tradicionais da APAMLN.
		2.4	Estimular a sinalização das áreas em que não é permitida a circulação de veículos, e enalhe e desenalhe de embarcações
		2.5	Avaliar os manguezais com potencial para realização de ecoturismo
		2.6	Fomentar a atividade de monitoria de turismo e pesca amadora pelos moradores de comunidades tradicionais e fortalecer a geração de renda local.
		2.7	Apoiar o enfoque educativo no turismo receptivo com informação local e valorização das comunidades e sua cultura material.
		2.8	Garantir que o turismo nas Áreas de Interesse Turístico - AIT's previstas na minuta seja realizado, preferencialmente, por Turismo de Base Comunitária - TBC
		2.9	Compatibilizar outras atividades nos Planos de Ordenamento Turístico
3	Articulação com o setor pesca amadora para estabelecimento de ações conjuntas	3.1	Estimular o ordenamento e sinalização de áreas para entrada e saída de barcos para pesca amadora
		3.2	Fomentar ações de conscientização para o setor da pesca amadora com vistas ao atendimento das legislações vigentes (defeso, quantidade por pessoa e a proibição de comercialização dos produtos oriundos da atividade)
		3.3	Estimular a criação e/ou fortalecimento de instituições e organizações representativas dos pescadores amadores afim de fortalecer a parceria com o setor, estabelecer monitoramento de dados das pescarias e facilitar conscientização dos mesmos sobre o cumprimento das regras
4	Desenvolvimento de mecanismos para orientação e sinalização efetiva das atividades no interior da UC	4.1	Articular para criação de um aplicativo para pescadores visando à orientação ágil em qualquer lugar contendo áreas de restrição de pesca, período de defeso, épocas e práticas proibidas
		4.2	Articular com órgãos de licenciamento ambiental para definir procedimentos de viabilização das atividades das comunidades tradicionais no âmbito dos processos de licenciamentos de empreendimentos de maricultura e instalações náuticas situados em territórios tradicionais na Zona de Proteção da Geobiodiversidade - ZPGBio
		4.3	Desenvolver mecanismos de orientação e sinalização dos usuários sobre os limites das zonas e área constantes no Plano de Manejo da UC
		4.4	Desenvolver de forma participativa mecanismos para sinalização e orientação efetiva de maricultura e Cercos Flutuantes
		4.5	Articular a elaboração e divulgação de materiais sobre boas práticas para aproximação de embarcações a cetáceos

3 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.

DIRETRIZES		AÇÕES	
1	Consolidação do Plano de Educação Ambiental da Unidade de Conservação à luz das diretrizes institucionais da Fundação Florestal	1.1	Elaborar plano de educação ambiental da unidade de conservação considerando diferentes públicos, visando implementação de processos participativos de tomada de decisão, capacitação e comunicação social e abordando temas relacionados à conservação, inclusive fauna marinha e costeira (mastofauna, peixes e aves), ecossistemas costeiros, saneamento e regras e boas práticas da pesca
		1.2	Desenvolver ações de Educação Ambiental, visando à sensibilização para a preservação dos recursos e a redução dos impactos ambientais
		1.3	Estimular a instalação de placas de comunicação e educação ambiental em locais estratégicos com informações sobre fauna marinha e costeira (mastofauna, peixes e aves), ecossistemas costeiros, saneamento e regras e boas práticas das diferentes atividades da zona costeira.
2	Fortalecimento do diálogo e da compreensão da UC e seus regramentos com os segmentos da pesca profissional e amadora	2.1	Manter e ampliar os instrumentos de comunicação com pescadores buscando maior compreensão sobre objetivos, regramentos e benefícios da UC.
		2.2	Fortalecer as organizações de pescadores e comunidades tradicionais para qualificar a participação na gestão dos recursos pesqueiros, utilizando a rede de contatos dos representantes e lideranças do segmento pesqueiro e das comunidades tradicionais
		2.3	Construir um diálogo democrático com as comunidades, focado em políticas públicas de resultados efetivos, inclusivos e participativos, de modo a coibir as práticas de manejo inapropriadas e realização de atividades exploratórias em que não respeitem a sociobiodiversidade
		2.4	Incentivar a certificação da cadeia produtiva que não utilize recursos pesqueiros ameaçados e/ou sobreexplorados, como por exemplo elasmobrânquios.
		2.5	Verificar o interesse dos pescadores em serem capacitados em outras atividades como alternativa às proibições de pesca
		2.6	Estimular espaços de diálogo com o objetivo de minimizar conflitos entre atividades e usos dos atores no território sobrepostos a APAMLN (Zona de Proteção Especial - ZPE)
3	Articulação com os diferentes setores da sociedade para estabelecimento de ações conjuntas de Educação Ambiental e Comunicação	3.1	Articular com diversos parceiros a viabilização de cursos de capacitação em diversos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e conservação como monitoramento participativo dos recursos pesqueiros, importância dos ecossistemas (costões rochosos e sistemas bentônicos) para a comunidade, legislação pesqueira e ambiental
		3.2	Articular com diversos setores da sociedade a qualificação de atores da cadeia produtiva como pesca artesanal e amadora, extrativismo, maricultura e turismo
		4.1	Planejar ações integradas com órgãos públicos e UCs do entorno visando evitar e mitigar os impactos da urbanização desordenada e problemas de saneamento básico
		4.2	Articular e incentivar a implantação de tecnologias alternativas de saneamento, principalmente esgoto e gestão de resíduos sólidos em áreas desprovidas de abastecimento público, visando minimizar o descarte inadequado e/ou sem tratamento
		4.3	Incentivar a gestão compartilhada do território com pescadores artesanais, para que possam colaborar com a efetividade das ações em prol da proteção fauna marinha e costeira
		4.4	Integrar as ações das UCs costeiras existentes para consolidá-las como instância de ordenamento territorial e participação social, priorizando a articulação para implementação do Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Estado de São Paulo.

4	Fortalecimento da gestão participativa e integrada	4.5	Articular com outros órgãos e setores da sociedade a gestão de áreas da União como ilhas e praias, visando à garantia dos usos das comunidades tradicionais e pescadores artesanais
		4.6	Articular com outros órgãos a regularização da atividade de pesca dos cercos-flutuantes
		4.7	Fortalecer o diálogo e ações conjuntas com a gestão de outras Unidades de Conservação da região, em especial ao PE da Ilha Anchieta, PE da Ilhabela, PESH - Núcleo Picinguaba e São Sebastião, REVIS Alcatrazes e ESEC Tupinambás
		4.8	Fortalecer o Conselho Gestor e as Câmaras Técnicas como fóruns legítimos para a gestão participativa da APAMLN
		4.9	Participar nos diferentes fóruns existentes (Conselhos de Ucs, Comitês de Bacias - CBH-LN, GERCO, Mosaico Bocaína e etc.) buscando a integração das ações de gestão costeira
		4.10	Acompanhar fóruns regionais que abordam as questões ambientais, principalmente com interface marinha, com intuito de promover a integração das ações e divulgação dos resultados a sociedade
		4.11	Desenvolver e fortalecer o Programa de Voluntariado e de estágio na UC, buscando articulação interinstitucional para formalização de convênios com Universidades.
		4.12	Estimular o apoio governamental visando o fortalecimento do setor da pesca artesanal junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Fundo Agropecuário - FEAP

4 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.

DIRETRIZES

AÇÕES

1	Articulação com os diferentes órgãos de fiscalização (municipal, estadual e federal) para estabelecimento de ações conjuntas integradas.	1.1	Estimular a fiscalização da regularidade dos pescadores Profissionais e Amadores da APAMLN junto ao RGP
		1.2	Incentivar a fiscalização mais efetiva da pesca sub com sustentação artificial
		1.3	Incentivar a conscientização da pesca amadora para seguir as regras (carteira, limite de captura e proibição de venda)
		1.4	Incentivar a criação de cadastro (carteirinha) com número para levantar o número de pescadores amadores atuando dentro da APAMLN
		1.5	Incentivar a fiscalização da pesca amadora com vistas ao atendimento das legislações vigentes (defeso, quantidade or pessoa e comercialização dos produtos oriundos da atividade, regularidade da embarcação)
		1.6	Estimular a fiscalização da atividade da pesca industrial principalmente em relação aos limites designados neste plano.
		1.7	Incentivar a fiscalização e as boas práticas para uso de embarcações motorizadas, principalmente nos arredores das ilhas, cercos flutuantes e mariculturas mais próximas da costa.
		1.8	Estimular o estabelecimento de estratégias especiais para fiscalização de áreas críticas como: manguezais; ilhas, e desembocadura de rios
		1.9	Fiscalização do despejo de efluentes, água de lastro, limpeza de cascos e disposição dos resíduos em navios cargueiros, navios de cruzeiro e plataformas
		1.10	Articular discussões sobre os impactos das operações da cadeia de Pretróleo e Gás, como por exemplo Ship to Ship, Machas Órfãs, Vazamento em em Plataformas que forma direta ou indireta interferem no território da APAMLN
		1.11	Estimular a regularização e licenciamento das estruturas náuticas, visando o ordenamento territorial
		1.12	Estimular a interação entre gestão e fiscalização, de forma a criar uma cartilha com os direitos e deveres para polícia e pescadores.
		1.13	Articular junto a Marinha do Brasil para inclusão das normas da APAMLN (áreas de exclusão de pesca) nas cartas náuticas
		1.14	Articular com órgãos de fiscalização para consolidar um procedimento único (protocolo de atuação), pois a lei é diferentemente interpretada entre os órgãos (IBAMA, Polícia Militar Ambiental, Marinha do Brasil)
2		2.1	Definir agenda de priorização da fiscalização nas áreas de interesse para conservação e para recuperação
		2.2	Incentivar uma forma integrada de denúncia, divulgando-os os respectivos canais e responsáveis de acordo com cada tipo de emergência.
		2.3	Incentivar a execução conjunta de ações entre a APAMLN e demais UCs da região, incluindo o NGI Alcatrazes/ICMBio. Dentre as ações conjuntas a serem incentivadas podem ser citadas: pesquisa científica e monitoramento da biodiversidade, monitoramento de impactos gerados por empreendimentos regionais, gestão sócioambiental, usos do território pela sociedade e proteção.
3	Estabelecer conexão e treinamentos técnicos necessários para o desenvolvimento das atividades de proteção e fiscalização na UC	3.1	Articular a realização de capacitação em legislação ambiental marinha
		3.2	Manter reuniões periódicas de alinhamento e comunicação institucional sobre as atividades de proteção e fiscalização desenvolvidas e a desenvolver no interior da UC.
	Fortalecimento do SIMMar	4.1	Apoiar a realização das reuniões do SIMMar para planejamento e avaliação de ações de fiscalização ambiental, em conjunto com Pamb, CFA e demais órgão fiscalizadores convidados.
		4.2	Manter a rotina sistemática de fiscalização e monitoramento da APAMLN (entre saídas embarcadas, aéreas e terrestres, bem como o monitoramento da atividade pesqueira por satélite - PREPS).
		4.3	Manter e alimentar o banco de dados georreferenciado das ações de fiscalização na APAMLN em conjunto com a CFA

4	Fortalecimento do SIMMAR como instância de planejamento e monitoramento das ações de fiscalização e avaliação das ocorrências	4.4	Avaliar e revisar periodicamente o componente ostensivo do Plano de Ação para fiscalização marítima, direcionando a fiscalização de modo a considerar as contribuições recebidas no processo participativo de elaboração do Plano de Manejo.
		4.5	Articular para instrumentalizar agentes do SIMMar e de fora do Sistema Ambiental Paulista
		4.6	Propor e provocar os entes responsáveis para que os recursos provenientes de autuações ambientais sejam revertidos em benefício à atividades de gestão da UC, quando a infração ocorrer no território da Unidade
		4.7	Incentivar e apoiar a elaboração de um Guia de Procedimentos Operacionais para a Fiscalização Marítima da Fundação Florestal
		4.8	Incentivar e apoiar a elaboração de um Guia de Procedimentos Operacionais para a Fiscalização Marítima Integrada entre Pamb, Fundação Florestal e CFA no âmbito do SIMMar
5	Fortalecimento e consolidação das ações do componente preventivo do SIMMAR	5.1	Elaborar o componente preventivo do Plano de Ação de Fiscalização do SIMMar
		5.2	Elaborar um Programa de Comunicação de forma integrada entre os órgãos fiscalizadores e sociedade civil, como componente preventivo do SIMMAR
		5.3	Ampliar a distribuição de materiais informativos sobre a legislação pesqueira incidente e responsabilidade dos diferentes órgãos que normatizam e fiscalizam o território da APAMLN.
		5.4	Definir agenda de encontros com pescadores profissionais e comunidades locais para esclarecimento de dúvidas sobre as normativas de pesca e demais demandas relacionadas à fiscalização marítima
		5.5	Estabelecer forma de registro do público alcançado nas campanhas de divulgação das normas, sejam elas por meio de materiais informativos ou reuniões.

5 - PROGRAMA DE MONITORAMENTO E PESQUISA

OBJETIVO DO PROGRAMA: Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.

DIRETRIZES

AÇÕES

1	Articulação junto às instituições de pesquisa, ensino e fomento para viabilizar a realização de pesquisas prioritárias para a gestão e manejo dos recursos no território da UC	1.1	Realização de evento de pesquisa marinhas e terrestres realizadas no território da Unidade de Conservação
		1.2	Promover parcerias estratégicas para delimitação de todos os manguezais da APAMLN e estudos sobre a viabilidade da inclusão de novos.
		1.3	Articular com instituições executoras de Programas de Monitoramento já existentes no território, visando integração de ações e fornecimento de subsídios às tomadas de decisão da gestão
		1.4	Articular, junto às instituições que desenvolvem pesquisas na região, o preenchimento das lacunas de conhecimento
		1.5	Incentivar parcerias com centros de pesquisa localizados na região da APAMLN, como o Cebimar e Instituto Oceanográfico da USP, para produção científica direcionada aos objetivos da APA
		1.6	Incentivar monitoramentos constantes que englobem o levantamento de estatísticas pesqueiras regionais mais abrangentes
		1.7	Monitorar centros comerciais de pescados representativos dos setores da APAMLN específicos para espécies em estado de ameaça e/ou vulnerável nas listagens oficiais de conservação
		1.8	estimular o monitoramento da espécie guavira, (<i>Oligoptilites spp.</i>), lula e Garoupa na região da APAMLN para estabelecer ações de manejo efetivas para a espécie
		1.9	Incentivar a realização de estudos visando ao manejo sustentável, estabelecendo períodos de defeso mais adequados para cada espécie e tipo de pescaria, proteção dos reprodutores e tamanho e peso mínimo para captura
		1.10	Fomentar pesquisas e ações com vistas à avaliação da eficácia restritiva para as áreas com proibição de pesca (exemplo área de exclusão ao entorno da Ilha Anchieta e GERCO) com acompanhamento dos pescadores e/ou comunidades tradicionais.
		1.11	Fomentar pesquisas e ações com vistas à avaliação da eficácia restritiva nas Áreas de Renovação do Estoque Pesqueiro - AIREP com acompanhamento dos pescadores artesanais e/ou comunidades tradicionais.
		1.12	Incentivar a criação de um sistema de coleta de informações junto aos pescadores amadores, que aborde, pelo menos, os seguintes tópicos: número de pescadores no grupo, pontos onde pesca, iscas utilizadas, quantos peixes são capturados (peso), de quais espécies, tamanho médio, quantos peixes foram soltos na pescaria, quantos peixes foram abatidos, etc
		1.13	Incentivo à realização de pesquisas científicas, monitoramentos participativos e projetos de extensão, envolvendo a sociedade em geral e os usuários
		1.14	Desenvolver conjuntamente com a CETESB um Plano de Ação para monitoramento da qualidade da água e sedimento e avaliação de riscos de contaminação
		1.15	Incentivar a definição de critério para exigir o tratamento secundário para lançamento de efluentes em emissários ou diretamente no mar
		1.16	Incentivar parcerias para monitoramento de parâmetros ambientais e sociais prioritários para a gestão
		1.17	Incentivar a realização de estudos com vistas à tomada de decisão sobre a viabilidade da retirada de areia de forma artesanal pelas comunidades tradicionais, nos casos de utilidade pública
		1.18	Fomentar a delimitação de parques aquícolas destinados exclusivamente à maricultura juntamente com o Instituto de Pesca, respeitando-se os procedimentos nos artigos 16º a 20º do Decreto nº 62.243/2016
		1.19	Fomentar diagnóstico da pesca com vistas a definir limites para a pesca artesanal de pequeno porte e baixa mobilidade.
		1.20	Articular junto aos órgãos de pesquisa para realização de estudos/laudos visando uso e manejo sustentável de espécies que constam em listas de ameaças como passíveis de exploração.
		1.21	Capacitar segmentos da sociedade e os usuários da APAMLN para realizar monitoramento participativo
		1.22	Incentivar a participação dos pescadores no Programa de Monitoramento da atividade pesqueira realizada pelo instituto de pesca
		1.23	Incentivar o desenvolvimento de programas de monitoramento participativo (incluindo o registro de informações pelos próprios pescadores) para a produção da pesca artesanal de pequeno porte, de subsistência que não é desembarcada em pontos monitorados
		1.24	Incentivar o monitoramento participativo com os produtores de maricultura para desenhar as localidades, tamanhos das produções de cultivo da APAMLN
		1.25	Incentivar a elaboração de projetos com vistas à delimitação geográfica dos territórios das comunidades tradicionais
		1.26	Incentivar o monitoramento de áreas com risco de erosão e áreas com invasão por espécies exóticas
		2.1	Articular com instituições executoras de Programas de Monitoramento já existentes no território, visando integração de ações e fornecimento de subsídios à tomada de decisão da gestão e identificação de impactos e conflitos de uso.

2	Articulação e formação de parcerias para a realização de monitoramento de parâmetros ambientais e sociais prioritários para a gestão e manejo dos recursos no território da UC.	2.2	Realizar parcerias estratégicas com instituições financiadoras de projetos ambientais para criar linhas de ação específicas para demandas da APAMLN
		2.3	Incentivar o monitoramento regular do sedimento do território da APAMLN
		2.4	Incentivar o monitoramento a longo período da variação do nível do mar, ondas e correntes
		2.5	Articular com instituições que realizam monitoramento da pesca profissional para inclusão do monitoramento da pesca amadora na UC
		2.6	Articular monitoramento que abranja desembocaduras dos canais estuarinos para identificar possíveis fontes difusas ou remotas de contaminação
		2.7	Incentivar o monitoramento da qualidade da água em locais com maricultura
		2.8	Propor e implantar medidas de manejo experimental e monitorar sucesso de técnicas de redução de impactos ambiental
		2.9	Equacionar os potenciais benefícios socioeconômicos do extrativismo, com os potenciais impactos ambientais e vulnerabilidades dos recursos naturais explorados nesta atividade
		2.10	Fomentar e articular estudos para a elaboração de novas tecnologias, com vistas a exclusão de fauna acompanhante nas diversas modalidades de pesca
		3	Aprimoramento, manutenção, participação e divulgação do banco de pesquisas da APAMLN
3.2	Manter o banco de dados com as informações dos projetos de pesquisas submetidos a UC, visando prever devolutivas dos resultados finais para a gestão do conhecimento, incluindo o envio de relatórios finais e, dentro das possibilidades, apresentação para o Conselho Gestor ou Grupo de Trabalho específico		
3.3	Manter as campanhas semestrais de divulgação com instituições de ensino e pesquisa sobre a importância de submeter os projetos de pesquisa à COTEC e às UCs.		
3.4	Consolidar, em conjunto com institutos de pesquisa, protocolo de coleta de informações para monitoramento ambiental da UC		
3.5	Incentivar o estabelecimento de parâmetros e indicadores para subsidiar a adoção de medidas de manejo e gestão		
3.6	Incentivar o monitoramento, no tempo e espaço, de aspectos diversos das atividades turísticas nas praias e ilhas da APAMLN		
3.7	Participar de eventos técnico-científicos com intuito de aproximar o diálogo entre pesquisa e Unidade de Conservação		
3.8	Indicar os temas prioritários e emergentes de pesquisa e lacunas de conhecimento (ANEXO 1) na plataforma digital de submissão e acompanhamento on-line de projetos de pesquisa nas Unidades de Conservação do Sistema Ambiental Paulista.		

6 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Ordenar as atividades econômicas desenvolvidas na UC e incentivar a adoção de boas práticas visando o desenvolvimento sustentável do território.

DIRETRIZES		AÇÕES	
1	Desenvolvimento de instrumento de ordenamento pesqueiro buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais, de forma participativa.	1.1	Discutir com o setor pesqueiro propostas de ordenamento para as diferentes artes de pesca praticadas no interior da UC
		1.2	Discutir o desenvolvimento de acordos de pesca visando a promoção e estruturação da cadeia produtiva da pesca de forma sustentável
		1.3	Caracterizar as artes de pesca praticadas na APAMLN
		1.4	Discutir o ordenamento e a regularização de atividades de pesca (Emalhe, arrasto de praia; armadilha para polvo; malha 6; pesca de apneia para pescadores profissionais)
2	Articulação intra e interinstitucional buscando ordenar a atividade pesqueira, fortalecer e estruturar da cadeia produtiva da pesca profissional artesanal e extrativismo	2.1	Articular junto aos órgãos competentes a viabilidade de regularização da documentação das embarcações e dos pescadores
		2.2	Apoiar a formalização junto a prefeituras municipais do estabelecimento de acesso à praia para atividades de apoio a cadeia produtiva da pesca e maricultura artesanais e comunidades tradicionais
		2.3	Estimular a inserção da produção pesqueira profissional artesanal no mercado local, estadual, nacional de maneira competitiva, baseada em comércio justo e economia solidária
		2.4	Capacitação e inclusão dos pescadores ao sistema das políticas públicas relativas à pesca
		2.5	Fortalecer o acesso do setor da pesca profissional artesanal com vistas a garantia dos benefícios designados por políticas públicas específicas.
		2.6	Levantar projetos e programas no território da UC para viabilizar a utilização dos resíduos da pesca, tais como cascas de camarões, escamas e algumas vísceras, para transformação em produtos úteis, como por exemplo a Quitosana
3	Incentivo e valorização da Pesca Responsável em atividades pesqueiras artesanais, levando em consideração as diretrizes da pesca de pequena escala (FAO).	3.1	Incorporar a atividade de pesca artesanal como parceira na conservação da biodiversidade, considerando os fatores econômicos e sociais
		3.2	Estimular ações de educação ambiental sobre a importância da conservação e redução do consumo de espécies ameaçadas, endêmicas, em períodos de defeso, menores que o tamanho mínimo
		3.3	Criar um protocolo de boas práticas para a pesca artesanal por meio de processo participativo de atores de cada cadeia produtiva e instituições parceiras
		3.4	Desenvolver ações para valorização da pesca artesanal e de estabelecimentos comerciais responsáveis através da certificação de origem do pescado, oriundo de pescarias de menor impacto ambiental
		3.5	Fomentar melhores práticas para uso sustentável dos manguezais, incluindo capacitação e envolvimento das comunidades locais na conservação
		3.6	Estimular a criação de um centro de referência para capacitação, formação e desenvolvimento de projetos de pesca com perspectivas de gestão e sustentabilidade do ambiente costeiro-marinho e das práticas de pesca
		3.7	Estimular o desenvolvimento de ações de incentivo a retirada de lixo encontrado no mar pelo pescador
4	Articulação com diferentes órgãos governamentais (municipal, estadual e federal) visando a adequação e/ou revisão das normas existentes na UC	4.1	Fomentar a realização de estudos e articulação institucional e política para ajuste do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros (Instrução Normativa MPA/MMA nº 10/2011), inclusive no que se refere à permissão de pesca de outros recursos além da espécie alvo e a definição dos petrechos permitidos para a categoria "Diversificada Costeira"
		4.2	Articular junto aos órgãos competentes para dar os devidos encaminhamentos aos ajustes solicitados quanto à INI MPA/MMA nº 12/2012 buscando a permissão da pesca de emalhe por embarcações motorizadas na 1ª milha náutica
		4.3	Avaliar a necessidade de adequação do tamanho mínimo e máximo das malhas para as modalidades de pesca emalhe de superfície e fundo (IN IBAMA nº 166/2007 e INI MPA/MMA nº 12/2012)
		4.4	Aprofundar a discussão visando a adequação da pesca de emalhe de superfície/rede boiada (IN IBAMA nº 166/2007)
		4.5	Incentivar o fortalecimento institucional do Grupo de Trabalho específico para Emalhes a nível Estadual
		4.6	Fomentar a discussão e os estudos sobre períodos de defeso para ajustar os existentes e estabelecer para outras espécies.
		4.7	Prospectar a viabilidade e impactos da implantação do Termo de Autorização de Uso Sustentável no espelho d'água em áreas de uso das comunidades tradicionais
		4.8	Fomentar estudos junto ao setor da pesca amadora visando à diminuição da quantidade de captura e tamanho da embarcação nas áreas de interesse de pesca de baixa mobilidade - AIBPM

5	Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca amadora buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais.	5.1	Estimular o cadastramento das embarcações, guias e operadoras que prestam serviços à pesca amadora
		5.2	Articular o levantamento de informações com o setor da pesca amadora acerca das principais espécies capturadas, número de capturas, pontos de pesca, sazonalidade das capturas, iscas utilizadas, origem do público-alvo, etc.
		5.3	Fomentar a realização de cursos para boas práticas como condição para realização da atividade, incluindo a emissão do RGP Amador.
		5.4	Incentivar a promoção de treinamentos sobre boas práticas de pesca esportiva, abordando métodos menos agressivos de captura e manuseio dos animais visando maior sobrevivência no pesque-e-solte
		5.5	Incentivar a promoção de treinamentos sobre boas práticas de pesca amadora, incluindo a pesca sub para diminuir possíveis conflitos com outras atividades pesqueiras e promover a segurança dos mergulhadores.
6	Estabelecer diálogo com o setor produtivo da maricultura	6.1	Estabelecer o diálogo com o setor produtivo da maricultura, buscando um canal de troca de informações
		6.2	Promover ações conjuntas visando ao desenvolvimento sustentável da produção, incentivo e fomento da maricultura no território da APAMLN.
		6.3	Articulação interinstitucional para estudar e discutir possibilidade de autorização de Cercos Flutuantes e Maricultura em áreas de ZPGBio, exclusivamente para pesquisa e Educação Ambiental
		6.4	Verificar com órgãos responsáveis a possibilidade de instituição de territórios de pesca para as comunidades tradicionais
		6.5	Contribuir com a implantação e a execução das ações previstas no Plano Nacional de Recuperação das espécies de importância econômica e ambiental para a APAMLN.
		6.6	Articulação interinstitucional para discutir e implementar procedimento participativo para cessão de uso do espaços da União
7	Incentivar a captação de recursos para a gestão da APAMLN	7.1	Mapeamento dos fundos existentes, dos recursos disponíveis e das formas de acesso.
		7.2	Realizar articulações para direcionamentos do recursos disponíveis a implementação de ações previstas nos programas da APAMLN
		7.3	Articular a criação de mecanismos de comunicação e capacitação para acesso aos fundos de financiamento para projetos no território

PROGRAMAS DE GESTÃO - LACUNAS DE PESQUISA				
Módulo e Submódulo temático		TEMA	Capítulo/ Página	APAMLN
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre as populações das famílias Otariidae e Phocidae que ocorrem na região da APAMLN	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre a biologia de cetáceos(ciclo de vida, alimentação e comportamento na região da APAMLN)	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre as principais causas de morte do grupo de cetáceos na região da APAMLN	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos e monitoramento da interação do Boto-cinza e Toninha com a pesca em regiões costeiras da APAMLN	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre a ocorrência da Baleia-de-bryde nas ilhas costeiras Ilha Anchieta, Palmas, Arquipelago de Alcatrazes e São Sebastião	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre o crescimento no avistamento de baleias Jubartes na região	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre o crescimento no turismo de observação de pequenos e grandes cetáceos	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre a biologia e cuidado parental de Baleia Franca na região	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre o impacto da atividade de aquicultura nas populações de mustelídeos	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Mastofauna Aquática	Estudos sobre a biologia e ecologia das populações de mustelídeos que habitam a região da APAMLN	mastofauna aquática	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Estudos sobre a ictiofauna de ilhas costeiras e seu entorno	ictiofauna/23	SIM
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Estudos sobre aspectos ecológicos e biológicos de elasmobrânquios nas área da APAMLN	ictiofauna/23	SIM
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Estudos sobre a biologia reprodutiva de espécies das famílias Centropomidae, Serranidae, Sparidae e Scaridae de interesse comercial	ictiofauna/24	SIM
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Estudos e levantamento ictiofaunístico no Setor Ypautiba	ictiofauna/24	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Estudos sobre a ecologia e tamanho populacional da espécie guaiuva (<i>Oligoplites spp.</i>)	ictiofauna	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Estudos sobre diferentes temas relacionados a ictiofauna da APAMLN como reprodução, comportamento, distribuição, alimentação e biocontaminação	ictiofauna/26	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Ictiofauna	Monitoramento direcionado a espécies recifais	ictiofauna/24	SIM
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Avifauna	Estudos de aspectos ecológicos sobre espécies da avifauna da região da APAMLN	avifauna	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Avifauna	Estudos sobre colônias de nidificação de aves migratorias nas áreas de manguezal no setor Cunhambebe	avifauna	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Avifauna	Estudos identificando possíveis ilhas com colônias de nidificação da espécie gaiotão <i>Larus dominicanus</i> no setor Cunhambebe	avifauna	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Avifauna	Estudos sobre a contaminação de aves por plástico e monitoramento da quantidade de lixo ingerido	avifauna	
Pesquisa Meio Biótico-Ecosistemas	Costão Rochoso	Estudos e monitoramentos de longa duração das comunidades do costão rochoso, através da análise espaço-temporal de fauna e flora, de características relativas a zonação das espécies, como presença de espécies dominantes, oportunistas e exóticas e ausência de espécies raras e mudanças na teia trófica	Ações estratégicas	
Pesquisa Meio Biótico-Ecosistemas	Costão Rochoso	Estudos específicos sobre as espécies exóticas encontradas nos costões rochosos da área da APAMLN		
Pesquisa Meio Biótico-Ecosistemas	Costão Rochoso	Estudos sobre os impactos e alterações gerados pelas atividades e pressões antrópicas sobre os costões rochosos		
Pesquisa Meio Biótico-Ecosistemas	Costão Rochoso	Estimar a capacidade de suporte dos costões rochosos e ecossistemas bentônicos em relação a atividades extrativistas	Ações estratégicas	SIM
		Estudos e monitoramento sobre o deslocamento de espécies migratórias	ictiofauna/24	
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca amadora	Estudos aplicados a pesca amadora(lista de espécies-alvo, avaliação dos estoques pesqueiros explorados,capturas totais,descrição das técnicas utilizadas,mapeamento das áreas com maior concentração da prática...)	Pesca/	
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos que identifiquem formas corretas de inserção da produção pesqueira no mercado formal	Pesca/128	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos da cadeia produtiva de pesca, identificando as etapas e custos benéficos associados	Pesca/128	
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca Profissional	Estudos sobre os impactos da pesca de arrasto com parelha na região da APAMLN		
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos para determinar se ainda está sendo praticada a pesca de tainha de maneira ilegal		
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos sobre reprodução de peixes incluindo sazonalidade e locais de desova para estabelecer novos períodos de defeso e áreas de exclusão de pesca (áreas de reprodução)	pesca/138	
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos sobre a eficiência do uso das redes TED para pescadores de pequeno porte		
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos sobre os impactos ambientais que justifiquem o estabelecimento e proibição da pesca com emalhe de "boiada", visando ajustar a norma		
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos específicos sobre reprodução das espécies, que possam ser utilizadas como base para fechamento de áreas de desova de espécies em estado crítico de ameaça	Pesca/128	
Pesquisa Meio Socioeconômico	Maricultura	Estudos de viabilidade ambiental para a implantação de empreendimentos de maricultura	Pesca/128	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Maricultura	Estudos sobre a amplitude, abrangência e intensidade dos impactos em ambientes utilizados para o desenvolvimento da maricultura, preferencialmente as modificações no sedimento e na estrutura bentônica e impactos causados por estruturas de cultivo, bem como, a possibilidade de reversibilidade dos impactos decorrentes	Pesca	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Maricultura	Estudos sobre a viabilidade socioeconômica e os impactos ambientais negativos dos cultivos de malacocultura, piscicultura e Algicultura	pesca/132	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Maricultura	Estudos sobre a economia das cadeias produtivas locais de cultivo	pesca/132	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Maricultura	Diagnósticos socioambientais das localidades e comunidades pesqueiras com interesse e potencialidades para a atividade de maricultura	pesca/132	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Maricultura	Estudos sobre a viabilidade socioeconômica e os impactos ambientais negativos da introdução do cultivo de espécies exóticas	pesca/132	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Extrativismo	Estudos e monitoramento da atividade pesqueira de caráter extrativista/subsistência	pesca/128	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Extrativismo	Estudos sobre a exploração de recursos extrativistas	pesca/	
Pesquisa Meio Socioeconômico	Extrativismo	Estudos sobre técnicas sustentáveis de extrativismo	pesca/123	
Pesquisa Meio Socioeconômico		Estudos sobre metodologias participativas qualitativas e quantitativas para valorizar o conhecimento ecológico e as demandas locais sobre os recursos naturais	pesca/	
Pesquisa Meio Socioeconômico		Estudos sobre conflitos de uso entre as diferentes modalidades de pesca		
Pesquisa Meio Físico	Meio Físico Marinho	Estudos sobre a qualidade da água e composição de sedimentos em regiões fora do monitoramento da CETESB	meio físico marinho	SIM
Pesquisa Meio Físico	Meio Físico Marinho	Estudos e monitoramento no interior de baías e enseadas que avaliem a capacidade de depuração e de suporte destas regiões, que podem avaliar, por exemplo, a dispersão de matéria orgânica e nutrientes que podem ser introduzidas no ambiente marinho através da alimentação e excreção de organismos	meio físico marinho	
Pesquisa Meio Físico	Meio Físico Marinho	Estudos sobre a classificação dos estuários de acordo com características morfológicas observadas	meio físico marinho	
Pesquisa Meio Físico	Meio Físico Marinho	Estudos de longa duração sobre séries de variação do nível do mar na região da APAMLN	meio físico marinho	
Pesquisa Meio Físico	Clima e Meteorologia	Estudos sobre os impactos das mudanças climáticas nos estoques pesqueiros e ambientes costeiros/estuarinos	pesca/128	SIM
Pesquisa Meio Socioeconômico	Pesca profissional	Estudos sobre os pros e contras da utilização de sonar por grandes embarcações	Ações estratégicas	
Pesquisa Meio Físico		Estudos sobre erosão costeira nas praias do território que ainda não apresentam nenhuma pesquisa	setorial pesquisa	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna		Levantamento do tamanho populacional das espécies de polvo e lagosta com interesse comercial	setorial pesquisa	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Extrativismo	Estudo sobre localização e dimensões dos bancos de semente de <i>Perna perna</i> no território da APAMLN, de forma a complementar o levantamento do Diagnóstico Participativo (DP).	setorial pesquisa	
Pesquisa Meio Biótico-Fauna	Extrativismo	Proposta de ordenamento da atividade de retirada de <i>Perna perna</i> .	setorial pesquisa	